



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O Programa Mais Educação e a aprendizagem dos
alunos: desafios para os gestores escolares**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Carla Medianeira Costa Domingues

**Agudo, RS, Brasil
2014.**

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E A APRENDIZAGEM
DOS ALUNOS: DESAFIOS PARA OS GESTORES
ESCOLARES**

Carla Medianeira Costa Domingues

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação a Distância
Especialização Latu-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a. Myrian Cunha Krum

Agudo, RS, Brasil.
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**O Programa Mais Educação e a aprendizagem dos alunos: desafios
para os gestores escolares**

Elaborada por
Carla Medianeira Costa Domingues

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão examinadora

Myrian Cunha Krum, Prof^a Mestre (UFSM)
(Presidente/orientadora)

Claudio Emelson Guirmarains Dutra, Prof^o Mestre (UFSM)

Alexandra Silva dos Santos Furquim Prof^a Mestre (UFSM)

Agudo, 29 de novembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Ao atingir esta etapa agradeço a todos que estiveram presentes durante essa caminhada.

A Deus, que esteve me guiando e me fortalecendo a cada momento de dificuldade.

A meus pais, Nestor Aldo Domingues (in memorian) e Ilda Maria Costa Domingues, responsáveis pelo ensinamento maior, o amor que une nossas vidas.

Ao meu esposo, Jair Kohls pelo apoio e principalmente a minha filha, Eduarda Domingues Kohls, pela compreensão dos momentos ausentes devido ao estudo.

Agradeço em especial à minha orientadora, professora Myrian Cunha Krum, pela paciência e dedicação, principalmente por me compreender como ser humano.

À escola que me deu total atenção e possibilitou a realização desta pesquisa e a Prof. Suziane Almansa pela dedicação e atenção durante o trabalho na escola.

À colega Ketlin Elis Perske, que me deu força e incentivo desde a organização do Pré-projeto até a finalização da monografia.

Aos professores que colaboraram para a pesquisa e dedicaram o seu tempo a refletir sobre o tema trabalhado.

Enfim, a todos que estiveram comigo nesta caminhada, aos colegas, amigos, familiares e alunos que entenderam minhas angústias e me apoiaram até o fim.

De todo coração.

Muito obrigada.

Carla Medianeira Costa Domingues

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-graduação a Distância
Especialização Latu-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O Programa Mais Educação e a aprendizagem dos alunos: desafios para os gestores escolares

Autora: Carla Medianeira Costa Domingues

Orientadora: Myrian da Cunha Krum

Data e local da defesa: Agudo/RS, 29 de novembro de 2014.

O presente trabalho se propõe a investigar a relação do Programa Mais Educação com a aprendizagem dos alunos e os desafios encontrados pelos gestores, no contexto atual, em organizar o fazer pedagógico na proposta de integrar as diversidades culturais e socioeconômicas que existe na escola, buscando uma educação com qualidade. O foco da pesquisa está pautada em descrever o Programa Mais Educação, relacioná-lo com a aprendizagem, bem como associá-lo a permanência do aluno na escola. Para atingir esses objetivos, desenvolveu-se um trabalho de cunho qualitativo que contemplou em sua metodologia uma pesquisa documental para conhecimento do programa e da escola e a aplicação de questionário para o diretor, coordenador pedagógico e professores do primeiro ao nono ano em uma escola pública da rede municipal do município de Agudo. Os resultados constataam que embora haja relação do Programa Mais Educação com a aprendizagem dos alunos por meio das atividades desenvolvidas, essas não são vistas como principal motivo que leva os alunos a permanecer na escola. Assim a partir dos depoimentos dos gestores e professores entrevistados foi descrito outros motivos que levam a permanência do aluno. Além disso, ao finalizar este trabalho, indicam-se algumas possibilidades de como os gestores podem promover estratégias para aprimorar a relação do Programa Mais Educação com a aprendizagem e permanência dos alunos na escola.

Palavras-chave: Programa Mais Educação, Aprendizagem/permanência, Gestão Escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

The “Mais Educação” program and the students learning: challenges for school managers

Autora: Carla Medianeira Costa Domingues
Orientadora: Myrian da Cunha Krum
Data e local da defesa: Agudo/RS, 29 de novembro de 2014.

The present work aims to investigate the relationship of the “Mais Educação” Program with the student’s learning and the challenges faced by managers, in the current context, to organize the pedagogical proposal to integrate the cultural and socioeconomic diversity existent in the school, targeting a quality education. The focus of the research is describing the “Mais Educação” Program, relate it to learning and associate it with students’ permanency in the school. In order to carry on this work, a qualitative study was developed and it included in its methodology a documentary research to know the program and the school as well as the application of a questionnaire to the director, to the educational coordinator and to the teachers from the first to the ninth grade in a municipal public school in Agudo. The results show that, despite the fact that there is a relationship between the “Mais Educação” Program to students’ learning through the activities developed, this is not the main reason why the students stay in school. Thus, according to the managers and to the teachers’ testimony, there are other reasons responsible by the permanence of the students in the school. In addition, at the end of this paper, the managers can find some suggestions of how promoting strategies to improve the relationship between the “Mais Educação” Program with the students’ learning and their permanence in the school.

Keywords: “Mais Educação” Program, Learning / permanence, School Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Básico de Escola	30
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos alunos matriculados e frequentes nas oficinas ofertadas pelo Programa Mais Educação conforme anos de escolaridade no ensino fundamental	36
Quadro 2 – Conhecimento dos professores sobre o Programa Mais Educação.....	43
Quadro 3 – Relação do Programa Mais Educação com a aprendizagem dos alunos.....	44
Quadro 4 – Relação do Programa Mais Educação com a permanência dos alunos na escola	47

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de Apresentação.....	58
Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	59
Apêndice C – Instrumento Questionário Gestores.....	61
Apêndice D – Instrumento Questionário Professores.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. DIVERSIDADE E A ESCOLA	14
2. DIVERSIDADE: MARCOS LEGAIS.....	19
2.1. Descrevendo o Programa Mais Educação.....	21
3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A GESTÃO ESCOLAR	24
3.1 O Projeto Político Pedagógico na escola investigada.....	24
3.2 Da Gestão Educacional e Gestão escolar.....	27
4. METODOLOGIA.....	33
4.1 O contexto escolar investigado.....	33
4.2 O Programa Mais Educação na Escola investigada.....	35
4.2.1 Os alunos.....	35
4.2.2 Os Macrocampos e atividades.....	37
4.2.3 Os Monitores.....	37
4.2.4 Os Pais.....	37
4.2.5 Frequência.....	38
4.3.6 Dificuldades.....	38
5. REFLEXÕES E ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.....	40
5.1 O Diretor e a Coordenação Pedagógica.....	40
5.2 Os Professores.....	43
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICES.....	57

INTRODUÇÃO

A importância de se observar o papel dos gestores e da escola parte da observação das grandes mudanças de paradigmas na educação brasileira. A Sociologia da Educação mostra em seus estudos que a escola é um lugar em que passamos um tempo significativo de nossas vidas. Um espaço social em que se encontram várias identidades e uma grande diversidade de ideias e culturas. Diversidade essa, que provoca diversos olhares e formação de conceitos.

A partir do momento em que se reconhece tais diversidades, vê-se a necessidade de valorizá-las e, para isso, a relevância de implementação de novas políticas educacionais que venham a contribuir nesse reconhecimento dentro da escola.

O presente trabalho surgiu após a realização de cursos¹ relacionados à diversidade na educação, com o objetivo de mostrar que as diversidades devem ser vistas, conforme Tonini e Kaercher (2011, p. 7), “como riquezas na escola e transformá-las em oportunidades de reflexão e produção de novas práticas, conhecimentos que sejam perceptíveis pelos alunos da educação básica”. Refletir sobre a temática desenvolvida aqui e trazê-la para o cotidiano da escola durante os cursos realizados, possibilitaram observar o espaço escolar, onde o aluno traz consigo uma bagagem cultural, social e econômica que reflete no aprendizado, impossibilitando, inclusive, esse aluno reconhecer sua identidade dentro de um contexto formado por pré-conceitos. A mudança de paradigma no processo de organização escolar requer ações de um trabalho coletivo que reconheça as diferenças, possibilitando o acesso e a permanência do aluno na escola.

Esse novo cenário educacional acontece a partir da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) que incentiva a participação de todos os segmentos escolares nas decisões da escola e na construção do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar, incentivando o diálogo entre gestores e toda comunidade. Essa participação coletiva possibilita a tomada de decisões que vão além de problemas estruturais, buscando implementar

¹ Curso de Extensão de Mediadores de Leitura para a Bibliodiversidade; Produção de Material Didático para a Diversidade; Experiência com Tutora Presencial do Curso de Especialização em Educação para a Diversidade.

novos projetos e parcerias a partir do conhecimento do contexto escolar, das condições de trabalho dos profissionais, enfim da realidade em torno da escola e assim diagnosticar as necessidades da comunidade para promover uma educação de qualidade.

Para Ribeiro (2012, p. 12),

A escola como instituição social, deve ser administrada a partir de suas especificidades, ou seja, a escola é uma organização social dotada de responsabilidades e particularidades que dizem respeito à formação humana por meio de práticas políticas, sociais e pedagógicas. A gestão escolar implica em analisar em que condições se realizam os processos de trabalho e as ações pedagógicas (RIBEIRO, 2012, p.12).

O desafio que se coloca aos gestores e a escola tratam da forma de organização que os mesmos dispõem referente a integrar a diversidade cultural e socioeconômica que existe na escola e, como trabalhá-las no seu fazer pedagógico associado às políticas públicas. Vários são os programas governamentais dispostos à comunidade escolar frente a esta demanda. Dentre eles destaca-se o Programa Mais Educação que busca ampliar espaços, tempos e oportunidades educativas para reduzir a evasão escolar.

Trabalho numa escola pública municipal situada na área urbana, em uma vila do município de Agudo. Tal comunidade apresenta uma diversidade grande, com várias situações que dizem respeito à estrutura familiar, cultural, social e econômica, refletidas nitidamente no desempenho escolar do aluno. A maioria dos pais trabalha fora e não possui muito tempo para ajudar os filhos, que ficam sozinhos e dispersos na rua, muitos voltando para casa somente à noite. A desestrutura familiar, muito presente na comunidade, reflete-se nos estudos, gerando repetências e conseqüentemente alunos com idade fora da regular, ocasionando o abandono da escola. Dessa forma a escola aderiu ao Programa Mais Educação.

Frente a este contexto e as vivências compartilhadas senti-me instigada a estudá-lo e aprofundar um pouco mais sobre a realidade a qual desenvolvo minhas atividades profissionais. Para tanto, organizou-se o seguinte problema: Qual a contribuição do Programa Mais Educação na aprendizagem do aluno em uma escola pública municipal de Agudo/RS, buscando sua permanência na escola?

A partir da definição do problema de pesquisa, têm-se como objetivo geral investigar como o Programa Mais Educação contribui na aprendizagem do aluno,

buscando sua permanência na escola. Como objetivos específicos têm-se: descrever o Programa Mais Educação na escola investigada; relacionar as atividades do Programa Mais Educação na aprendizagem dos alunos e associar o programa Mais Educação a permanência do aluno na escola.

O presente texto está organizado em quatro capítulos: o primeiro, intitulado diversidade e a escola, busca situar a diversidade interior da escola, como é percebida e trabalhada. Compreende-se a escola como um espaço que integra o aluno à sociedade cujo desafio é valorizá-lo e instigá-lo a reconhecer sua identidade no contexto social.

No segundo capítulo têm-se os marcos que instituem a diversidade, desde os documentos legais até a estrutura organizacional do Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Neste traz-se algumas informações sobre o Programa Mais Educação.

O capítulo seguinte tratará do Projeto Político Pedagógico como instrumento de identificação da escola onde, através da gestão democrática, se possibilitará a participação de todos os segmentos na construção de uma proposta pedagógica que identifique os anseios da comunidade escolar. O conceito de gestão escolar será abordado neste capítulo, assim como quem são os gestores e sua relação no espaço escolar enquanto promotores de ações na escola e instigadores da participação da comunidade.

No quarto capítulo descreve-se a metodologia desenvolvida assim como as indicações trazidas da escola investigada acerca da contribuição do Programa Mais Educação na aprendizagem e permanência do aluno na escola, relacionando-as às atividades desenvolvidas no programa. Para tal buscou-se informações junto aos professores, diretor e coordenadora pedagógica da escola, através de um questionário que serão comentados neste capítulo.

Por fim tecem-se algumas reflexões decorrentes da temática investigada indicando algumas possibilidades de como a escola pode criar estratégias possibilitando que as atividades do Programa Mais educação possam estabelecer relações para a aprendizagem e a permanência do aluno na escola.

1. DIVERSIDADE E A ESCOLA

A humanidade, desde seus tempos remotos, foi marcada pelas diferenças, que em muitas épocas causaram guerras, preconceitos, isolamento e exclusão. Períodos em que o homem marcado pela pluralidade de ideias buscava, muitas vezes, demonstrar o poder e a superioridade sobre os outros, procurando impor o que lhe era verdade absoluta.

O Brasil está inserido em um mundo, o qual a diversidade é entendida, conforme o dicionário, como característica ou estado do que é diverso; que não é semelhante; diferente ou desigual. Para Genro e Caragnato, a diversidade

é uma categoria que vai sendo entendida e interpretada a partir de outros conceitos [...] não é possível analisar o fenômeno da diversidade, sua presença e as relações complexas que encerra entre si, se não considerarmos a sua relação com o tema desigualdade e com as relações de poder inerentes. Diversidade, identidade, desigualdade e relações de poder andam juntas (GENRO; CARAGNATO apud CARAGNATO; BOMBASSARO, 2013, p. 25).

Diante disso, a diversidade pode ser explicada a partir dos conceitos de pluralidade, sob diferentes perspectivas de visão e de abordagem da realidade. E em sua contemporaneidade, observa-se uma sociedade marcada por essa diversidade, seja social, cultural ou econômica, como sendo uma forte característica nas relações humanas. Bombassaro salienta

Tanto no plano teórico quanto no plano da vida cotidiana, pluralidade e diversidade passaram indubitavelmente a constituir categorias básicas para quem procura compreender características mais marcantes da nossa época, especialmente se pensamos nas modernas formas de organização e de convivência social (BOMBASSARO apud CARAGNATO; BOMBASSARO, 2013, p. 05).

O autor ainda acrescenta que, embora essa diversidade esteja claramente presente na atualidade e reconhecida constitucionalmente, sua valorização não está livre de conflitos, pois cada indivíduo ou cultura querem firmar sua identidade, seus valores e práticas/modo de viver, fazendo da relação entre a singularidade e a pluralidade um processo inerente ao convívio social.

Garantindo essa valorização da diversidade, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, refere-se à igualdade entre todos os cidadãos, brasileiros ou

estrangeiros, tendo todos, os mesmos direitos e obrigações, o direito de ir e vir, de manifestar-se “cultural, artística, científica e de comunicação”. Assim, a constatação de que somos todos diferentes e que é garantido o respeito a essa diferença, se rompe com a hegemonia da imposição de uma só cultura em que se viveu durante anos, de uma classe social sobre outra (burguesia sobre proletariado) e traduz-se em ações que viabilize e valorize o novo contexto social.

Diante disso, vê-se na educação, uma condição para toda essa mudança, que tem

...a dupla tarefa de individuar e de socializar. Atribuímos à educação o desafio não somente de criar condições, mas também de realizar ações adequadas para que, na medida em que o indivíduo aprende a se relacionar com os outros, ele vá formando a sociedade, ao mesmo tempo em que aprende a se tornar, ele mesmo, um indivíduo distinto nesta mesma sociedade que ele constitui da qual toma parte. Então definimos a educação enquanto um processo dinâmico e simultâneo de individuação e de socialização (BOMBASSARO apud CARAGNATO; BOMBASSARO 2013, p. 07).

Nessa complexidade estrutural de relações, cabe salientar que o indivíduo vive em sociedade e como tal está ligado a instituições que fazem parte do seu processo de formação. Dentre elas fazem parte a escola e, conseqüentemente, os profissionais da educação. Para Caragnato e Bombassaro (2013, p. 13) “A escola e seus profissionais têm o compromisso de colocar em debate as diferenças, os assuntos e as abordagens contemporâneas, tendo em vista o fato de trabalharem com a formação do indivíduo para o convívio social”.

Sendo assim, a escola é vista na sociedade como um local central e significativo na vida das pessoas. Um lugar onde se aprende conteúdos organizados por propostas curriculares e onde a educação propicia meios para o desenvolvimento de habilidades, de troca de conhecimentos, culturas e vivências, tendo como base valores e comportamentos sociais para a formação cidadã do aluno. Conforme Dourado (2007, p. 923):

a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como lócus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação.

Neste sentido cabe à escola proporcionar que o aluno desenvolva habilidades e competências que o insiram na sociedade, que seja capaz de enfrentar e resolver os desafios que a realidade lhe impõe e que tenha condições de participar democraticamente na vida política.

Para Hora (2007) o papel da escola se define:

...a escola tem papel fundamental na formação da cidadania, por ser ela uma instituição caracterizada por cultura própria atravessada por relações de consenso e de conflito, marcada por resistências e contradições representando a um só tempo, espaço de democratização e de educação individual, de um lado, e de transmissão dos valores coletivos e da consistência social, de outro (HORA, 2007, p. 46).

Portanto a educação como instrumento socializador nesta escola, desafia os profissionais a acompanharem as mudanças. Para isto é importante destacar:

A escola e seus profissionais têm o compromisso ético de colocar em debate as diferenças, os assuntos e as abordagens contemporâneas, tendo em vista o fato de trabalharem com a formação do indivíduo para o convívio social. Além disso, a escola indica, em tese, a possibilidade de mobilidades social. Não se convive razoavelmente em sociedade nem se avança de forma digna no lugar social que se ocupa se não houver fortalecimento das relações sociais democráticas, que valorizem as pessoas e grupos sociais na sua diversidade (GENRO; CAREGNATO apud CAREGNATO; BOMBASSARO 2013, p.24).

Sendo a escola um lugar de referência é preciso pensar no contexto que a envolve e em sua comunidade para que se consiga estabelecer a relação de diversidade, enfrentar os preconceitos e discriminações às diferenças e desigualdades sociais impostos pelos valores e comportamentos tradicionais.

No interior da escola, além das questões de origem étnica, faixa etária, entre outras, existe a socioeconômica e sociocultural que abrange a família e conseqüentemente influencia no desenvolvimento educacional do aluno.

São visíveis os problemas socioeconômicos e socioculturais que a escola enfrenta frente ao reconhecimento da diversidade e da identidade, fazendo com que os alunos fiquem arraigados no ambiente familiar.

Em situações de extrema pobreza, as crianças e jovens, tornados alunos pela escola, encontram grandes dificuldades de distanciarem-se de suas experiências de vida como única possibilidade de interpretar o real. Assim, tornam-se facilmente objeto de preconceito e discriminação variadas na

escola, e tendem a reproduzir ao longo das suas vidas tais experiências (CAREGNATO; MEINERZ apud CAREGNATO e BOMBASSARO 2013, p.42).

Logo, considera-se importante resgatar um pouco da história no Brasil com o intuito de identificar como era percebida a educação em diferentes períodos. Inicia-se com a chegada dos padres jesuítas no ano de 1549, com o intuito de catequizar os índios, a partir de uma educação baseada na fé imposta pela igreja no período colonial e de difundir entre eles os padrões da civilização ocidental cristã.

A educação popular colonial é praticamente inexistente. Excetuada a ação dos jesuítas e outros religiosos nos primeiros momentos, quase nenhuma atenção é dada ao problema e, além disso, o incipiente sistema então montado se desmorona a partir do século XVIII. A educação popular dos primeiros tempos, utilizada como instrumento de cristianização e de sedimentação do domínio português, não sobrevive à ação de Pombal. Já no século XIX, a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 provocou a criação de escolas superiores e preocupações com o desenvolvimento do ensino para as elites em geral (PAIVA, 1973, p.53).

Após a chegada da família real, o panorama educacional brasileiro começava a se modificar, mas continuava indiferente em relação à educação inicial, básica, que poderia ser ofertada à população. Foram criadas escolas particulares destinadas, exclusivamente, a preparação ao ensino de nível superior, mantendo as camadas mais pobres sem acesso ao estudo, gerando um sistema excludente e conseqüentemente fortalecendo o analfabetismo.

Tornou-se necessária à organização de um sistema de ensino para atender à demanda educacional da aristocracia portuguesa e preparar quadros para as novas ocupações técnico-burocráticas. Desta forma, foram criados cursos de caráter marcadamente utilitário, em nível superior, como o de Medicina, Agricultura, Economia Política, Química e Botânica, além das Academias Militares; para favorecer a vida cultural criaram-se as Academias de Ensino Artístico, o Museu Real, a Biblioteca Pública, a Imprensa Régia, entre outras iniciativas. Entretanto, em relação à educação elementar não houve grande progresso; as elites a recebiam em suas casas como ensino privado (PAIVA, 1973, p.60).

A preocupação estava centrada na educação das elites que anteriormente apenas recebiam instrução em suas casas, tendo um ensino individualizado, como ensino privado, professores particulares leigos, e até padres e irmãos (congregações).

Segundo Souza; Faria (2003) embora a primeira Constituição Imperial de 1824 assegurasse a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, ela não incluía, em seu texto, uma proposta de um sistema nacional de educação, não enfatizando a importância da educação popular para o país.

Com a instituição da República, em 1889, surge uma nova condição social, o voto. Para tanto, via-se a necessidade de formar um novo homem, capaz de ler e escrever e de cumprir adequadamente o seu direito de voto. O que para Souza (2006) a escola assume a função do ensino em massa, capaz de atender as necessidades do momento, abrangendo a obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, deixando a religião de ser o aspecto cultural agregador do ensino e da moral, para ter a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura.

Neste cenário, com a chegada de vários imigrantes, o crescimento dos setores de prestação de serviços e o desenvolvimento industrial, foi substância para reorganizar e introduzir novas disciplinas no ensino, tais como: leitura, escrita, história, geografia, economia, direito, ciências, desenho e educação física. O novo projeto educacional republicano criou os grupos escolares com proposta de uma nova organização curricular, administrativa e pedagógica que atenda essas massas populares:

[...] Ela reportava a uma clara concepção de ensino; educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimento úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, anseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade (SOUZA, 2006, p. 127).

Contudo só foram integrados à escola aqueles ligados aos setores trabalhistas urbanos, o que ocasionou na década de 1920, a reivindicação das camadas excluídas – pobres, miseráveis e negros – por uma escola nova tendo como documento base o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o qual, segundo Saviani (2006), tenha sido uma grande esforço dos educadores da época, não atingiu muitas concretizações.

O Manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político, como é o próprio, aliás, desse “gênero literário”. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país [...]. Pode, pois, ser considerado um importante legado que nos é deixado pelo século XX. É um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país (SAVIANI, 2006, p.34-35).

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61, já buscava uma integração na educação nacional, descrevendo nos artigos do Capítulo IV, como dará a organização do ensino básico e superior. Mas só a partir da década de 1990 que ocorreram mudanças significativas com a LDBEN de 1996, torna-se garantido o acesso de todos à escola.

Ao longo dos quinhentos anos de história do Brasil, muitos acontecimentos marcaram a educação que para Caregnato e Meinerz apud Caregnato e Bombassaro (2013, p. 47) “deve ser problematizada a partir do cenário de pobreza e de desigualdade socioeconômica que caracteriza nossa sociedade, assim como as práticas sociais que se vinculam ao reconhecimento ou negação da diferença e da diversidade”, pois para as autoras a desigualdade é construída através da história e dos modelos sociais e econômicos que atingem alguns grupos.

Portanto a escola como espaço público e instituição moderna é social. Tem a função primordial de socializar, integrar, difundir e preparar o processo de aquisição de conhecimentos e propiciar a troca de culturas, potencializando a diversidade e tensionando as desigualdades devendo oferecer uma educação distinta da familiar e comunitária

2. DIVERSIDADE: MARCOS LEGAIS

O século XX foi um grande marco na transformação da educação. No início visava uma instrução em massa baseada no modelo capitalista. Hoje privilegia a valorização e o reconhecimento das diversidades, uma proposta cada vez mais recorrente nas políticas públicas.

A educação brasileira possui, atualmente, um ordenamento legal que atribui garantias aos sujeitos coletivos e singulares onde “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3 da Constituição Federal de 1988) é um dos princípios que assegura a todos igualdade de condições de acesso e permanência na escola, sem qualquer discriminação.

Porém, para Bobbio (1992) essa proteção legal é, também, motivo de preocupação no sentido de que pode haver uma distância entre a proteção dessas normas e sua prática efetiva.

A melhora na qualidade do ensino e o acesso à educação tem sido objeto de transformação das políticas que avançaram com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), garantindo uma ampla concepção de educação e o direito de ingresso na escola.

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, CF/88).

O marco à valorização da diversidade na educação deu-se com consolidação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien (Tailândia), no ano de 1990, cujo objetivo era estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas uma vida digna, numa sociedade mais humana e mais justa. Este documento foi referência para os textos legais brasileiros, indicando uma nova forma de se conceber a educação.

Decorrencia disto, destacam-se: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela lei n. 8.069/90, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo que convivam em ambiente propício ao seu desenvolvimento social e cultural; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996, define e regulamenta o sistema de educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição, propiciando a manutenção da cultura e historicidade dos povos, garantindo (art.79) o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna.

Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), marcando uma nova fase no enfrentamento das injustiças existentes nos sistemas de educação do País, valorizando a diversidade da população brasileira, trabalhando para garantir a formulação de políticas públicas e sociais como instrumento de cidadania. Mais adiante alterou-se para Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com seu trabalho voltado à valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, através das políticas públicas transversais² e intersetoriais³. Tais políticas propõem-se a enfrentar as desigualdades étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no ambiente escolar, através do apoio à qualificação dos profissionais da educação.

As ações, projetos e programas da SECADI são destinados à formação de gestores e educadores, à produção e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, à disponibilização de recursos tecnológicos e à melhoria da infraestrutura das escolas, buscando incidir sobre fatores que promovam o pleno acesso à escolarização e à participação de todos os estudantes, com redução das desigualdades educacionais, com equidade e respeito às diferenças e promoção ao exercício da cidadania.

Em 2007, foi apresentado à sociedade brasileira o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Através do decreto nº 6.094/07, buscou-se implementar o Plano

² Políticas considerando diferentes públicos e temáticas, a saber: Educação Especial, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola, Educação em Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Gênero e Diversidade Sexual, Combate à Violência, Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos. (<http://portal.mec.gov.br/>)

³ Compreende a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos, portadores de saberes, poderes políticos e interesses distintos, objetivando o enfrentamento de problemas (TUMELORO, s/d, p. 7)

de Metas Compromisso Todos pela Educação. Este Plano possui várias ações/programas abrangendo diferentes temas: educação superior, básica, profissional, especial, à distância e a educação continuada, alfabetização e diversidade. Neste último tema, são apresentados, dentre outros, o Programa Mais Educação.

E, por fim, destacamos o recém aprovado Plano Nacional da Educação através da lei nº 13005 de 25 de junho de 2014 (PNE), que estabelece no art. 02, diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
 - II - universalização do atendimento escolar;
 - III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
 - IV - melhoria da qualidade da educação;
 - V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
 - VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
 - VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- (<http://www.planalto.gov.br>).

Neste documento encontram-se metas estruturantes para a busca da qualidade da educação e respectivas estratégias. Destaque se faz a um grupo destas metas que se refere à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, objeto desta investigação.

2.1. Descrevendo o Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

De acordo com o projeto educativo em curso na escola, são escolhidas seis atividades, a cada ano, no universo de possibilidades ofertadas. Uma destas atividades obrigatoriamente deve compor o macrocampo acompanhamento pedagógico. O detalhamento de cada atividade em termos de ementa e de recursos didático-pedagógicos e financeiros previstos é publicado anualmente em manual específico relativo à Educação Integral, que acompanha a resolução Nº 14 de 09 de junho de 2014, onde destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do FNDE, às escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal. Essas atividades são escolhidas no momento da adesão ao Programa que deve ser realizada pelo site do PDDE Interativo, através do Portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Diferentes experiências pedagógicas indicam o papel central que a escola tem na construção de uma agenda de Educação Integral articulando, a partir da ampliação da jornada escolar, políticas públicas, equipamentos públicos e atores sociais que contribuam para a diversidade e riqueza de vivências que tornam a Educação Integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo.

Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira (MANUAL OPERACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2013, p. 4).

Sendo os territórios do Programa definidos inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas.

Já a estratégia de implementação e fortalecimento do Mais Educação constitui-se como espaço de articulação das ações e experiências e de construção de planos de ação coletivos. Assim, o Programa conta, em sua estrutura, com Comitês Metropolitanos ou Regionais, constituídos por representantes das secretarias, gestores escolares e outros parceiros, entre os quais as universidades, e Comitês Locais, formados por sujeitos do Programa Mais Educação na escola e representantes da comunidade escolar e do entorno.

A definição de um paradigma contemporâneo de educação integral entende que o território da educação escolar pode expandir-se para além dos muros da escola, alcançando seu entorno e a cidade em suas múltiplas possibilidades

educativas. No desenvolvimento do programa é colocado como desejável que os conteúdos da base nacional curricular, Lei 9.394/96 (LDB), dialoguem organicamente com temas estruturantes e contemporâneos para a vida em uma sociedade que se afirma como republicana e democrática.

O Programa Mais Educação também está sob a coordenação da Secretaria de Educação e Desporto do município, que em suas funções assessoram e acompanham o Programa junto às escolas.

Após a adesão e escolhas das oficinas, as escolas recebem ajuda financeira para custear a aquisição dos materiais pedagógicos usados durante as atividades e para pagamento dos monitores, sendo este valor calculado por turma acompanhada, é uma ajuda de custo para transporte e alimentação. Como o turno é integral para esses alunos, eles recebem almoço na escola, sendo a verba correspondente a essa alimentação encaminhada primeiramente à Secretaria Municipal de Educação que licita os mantimentos e os encaminha para as respectivas escolas.

3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A GESTÃO ESCOLAR

3.1 O Projeto Político Pedagógico na escola investigada

Planejar faz parte da vida do ser humano, seja pessoal ou profissional. A todo o momento, se articula meios para se chegar a um objetivo, planejando e organizando ações. Da mesma forma a escola precisa organizar suas ações e planejar como efetuar seu trabalho no ambiente escolar que contemple uma educação com qualidade e que atenda as necessidades do educandário. A escola não é formada por uma pessoa, mas por segmentos que formam um ambiente destinado a educação. Dessa forma um Projeto que resuma a filosofia da escola, onde estão expostos os objetivos do mesmo, além de todas as atividades desempenhadas na escola, sejam elas, por professores, direção, funcionários, alunos entre outros, precisa ser construído coletivamente, em que os mesmos que desempenham as funções sejam atores na sua construção. Conforme Veiga:

o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2002, p. 01).

Nessa perspectiva a escola tem o compromisso de envolver todos da comunidade escolar nesse processo, o que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), está incumbida de organizar e promover meios para a participação da comunidade na construção do projeto.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola (BRASIL, 1996).

Continua LDB onde, através dos artigos 13 e 14, destaca o compromisso dos professores e de outros segmentos no Projeto Político Pedagógico (PPP)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Para isto a integração comunidade/escola dar-se-á a partir de uma gestão democrática, em que as decisões sejam tomadas em conjunto, longe do autoritarismo e da imposição, e sim através do diálogo, da discussão de ideias.

O Projeto Político Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2002).

Para Silva (2010, p. 01) a gestão democrática exige, além do diálogo, uma compreensão entre os sujeitos para que a palavra seja uma forma de chegar a acordos e propostas e perspectivas dos temas tratados. “O diálogo é também uma ferramenta de compromisso”.

Sendo assim o PPP, enquanto documento da escola, deve atingir a comunidade escolar, buscando diagnosticar o contexto dos alunos, conhecendo o lugar de onde vem, como vive, com quem vive, enfim, todo o contexto social, econômico e político em torno dele e da escola.

Portanto, o processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola, à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos (AZEVEDO, 2004, s/p).

Nas escolas esta participação se organiza através de colegiados nomeados através dos Circulo de Pais e Mestres (CPM), Conselho Escolar (CE), Grêmio Estudantil (GE), presentes na escola investigada.

Segue, nesta escola, o Projeto Político Pedagógico que indica diretrizes para que o aluno aprenda não só conteúdos, mas que possa ser um cidadão capaz de atuar na sociedade conforme a ética. Isto é corroborado no referido documento quando aponta na página três: “Formar um cidadão autônomo, responsável, político, criativo, cooperativo, consciente com o meio e que saiba respeitar princípios éticos e morais” (PPP DA ESCOLA, 2014, P.3).

Buscando uma educação com qualidade, a referida escola em que foi desenvolvida a pesquisa, busca um trabalho didático-metodológico interdisciplinar com métodos e técnicas de ensino e pesquisa que valorizem as relações solidárias e democráticas, com a participação de todos, conforme passagem do PPP (2014, p. 14) “A preocupação da escola é desenvolver uma metodologia centrada na valorização das vivências dos alunos e no aspecto lúdico da aprendizagem, isto é, a criação de um espaço alegre e um ensino de qualidade”.

Neste sentido o PPP é visto como um instrumento que auxilia, também o professor no seu trabalho em sala de aula, auxiliando-o no planejamento de suas atividades, inserindo nestas a vivência direta com os alunos.

Veiga (2002) salienta que o

projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade (VEIGA, 2002, p. 2).

Para a autora, o PPP engloba a escola em todos os segmentos, áreas de atuação, não há distinção dos envolvidos.

Pensando dessa forma, o PPP (2014, p. 20) prioriza o encontro mensal com professores para reuniões didático-pedagógicas e trimestralmente com a comunidade escolar para analisar, avaliar e buscar caminhos que estejam de acordo com a proposta. Preocupados em atingir os objetivos da escola, a comunidade escolar sugere, organiza, através do PPP (2014, p. 18), projetos pautados na sua realidade, visando incentivar os alunos a permanecerem na escola.

O Projeto Político Pedagógico foi elaborado pensando no bem estar do aluno e está voltado para abonar essas dificuldades, prevendo o incentivo e a participação da família no contexto escolar.

Os pais têm como obrigação participar das ações escolares (reuniões, palestras, festividades, etc...) e encaminhamentos que se façam necessários para o desenvolvimento cognitivo e afetivo dos alunos. Uma comunidade escolar que participa de maneira efetiva e construtiva no cotidiano do aluno e da escola, que respeite o espaço físico da escola e que esteja presente na escola, assiduamente (PPP, 2012, p.11).

Na Proposta Político Pedagógica da escola existem projetos a serem desenvolvidos, como: Horta Escolar, Atleta na escola e Banda. Portanto, além destes, outras atividades estão sendo desenvolvidas, oriundas de Ações/Programas de governo como o Programa Mais Educação.

O Programa Mais Educação foi aderido pela escola em 2013, buscando atender os alunos com baixa renda familiar e baixo rendimento escolar, possibilitando que estes tenham retorno na aprendizagem, assim como evitar a evasão destes da escola.

3.2 Da Gestão Educacional e Gestão escolar

Para Lück (2009), a Gestão Educacional surge em substituição à administração educacional, como “um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo”. Está relacionada às ações educativas organizadas pelos sistemas federal, estadual e municipal, segundo Vieira (2007, p. 61) “diz respeito, portanto, aos seus diferentes órgãos, assim como aos seus integrantes, desde detentores de cargos mais elevados aos mais simples servidores”. É de responsabilidade dos governos articular o sistema de ensino, através da elaboração e execução de políticas e planos que venham a criar e melhorar as condições da educação nos diversos níveis, tanto no setor público ou privado.

Cada sistema tem um papel a desempenhar no contexto educacional. Cabe a União manter o ensino superior, aos Estados e Distrito Federal, o ensino médio e ao município, creches, a educação infantil e o ensino fundamental.

Segundo Lück (2006), o conceito de gestão educacional:

[...]diferentemente do de administração educacional, abrange uma série de concepções não abarcadas pelo de administração. Pode-se citar, dentre outros aspectos: a democratização do processo de determinação dos destinos do estabelecimento de ensino e seu projeto político pedagógico; a compreensão da questão dinâmica e conflitiva das relações interpessoais da organização, o entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial de liderança; o entendimento de que a mudança dos processos pedagógicos envolve alterações nas relações sociais da organização; a compreensão de que os avanços das organizações se assentam muito mais em seus processos sociais, sinergia e competência, do que sobre insumos ou recursos (LÜCK, 2006, p 5).

As mudanças de paradigmas na educação trouxeram para as escolas uma nova forma de resolver as questões educacionais, através do envolvimento de todos os segmentos da escola. Uma gestão democrática que passa a ser efetivada por meio do Plano político pedagógico que oportuniza a ação coletiva, no qual os gestores e comunidade escolar podem dialogar e construir uma proposta de qualidade direcionada ao ambiente escolar, deixando essa função de ser delegada a apenas ao diretor. Sobre gestão democrática, Dourado (2007) coloca que:

Gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (DOURADO, 2007, p. 79)

Observa-se, a partir de então, um novo desafio nas escolas: a implantação desse modelo de gestão democrática em que a liberdade de participação passa a ser instaurada na escola e o gestor precisa lidar com um ambiente social que, conforme Lück (2006, p. 05), “é uma entidade viva e dinâmica”.

A gestão de sistema implica o ordenamento normativo e jurídico e a vinculação de instituições sociais por meio de diretrizes comuns.

A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola (BRASIL, 2004, p. 25).

Com essa conscientização do social, a gestão escolar ganha mais espaço junto à administração da escola. Nesta gestão, a organização do ensino é de incumbência da escola. Cabe a ela elaborar, executar propostas pedagógicas, acompanhar o ensino e a aprendizagem do aluno, assim como, cuidar do setor humano e financeiro, promover um ambiente de integração entre comunidade escolar e escola – atrair a família. A participação de todos os envolvidos é fundamental para um ótimo andamento da escola. Para Lück (1997)

Gestão é uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigma no encaminhamento das questões desta área. Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos (LÜCK, 1997, p1).

A autora salienta que compete à gestão escolar orientar e conduzir a escola, através dos gestores, a fim de mobilizar e direcionar as ações conjuntas voltadas para a melhoria dos processos pedagógicos.

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) (LÜCK, 2009, p. 24).

A escola é uma organização social em sentido amplo, em que as pessoas interagem, trocam conhecimentos, buscando alcançar finalidades na instituição e que não se limitam mais a passar informações sobre conteúdos, mas aquela que percebe a cultura contextualizada associada ao conhecimento formal.

A escola necessária para fazer frente a essas realidades é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, aquela cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. Especialmente, uma escola de qualidade é aquela que inclui, uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural, pedagógica (LIBÂNEO, 2004, p. 7).

Para tanto, a escola e seus segmentos precisam estar integrados. A imagem abaixo, adaptação de Libâneo (2001), demonstra como o ambiente escolar deve estar organizado, mostrando os sujeitos envolvidos a partir dos segmentos presentes na escola, sendo todos responsáveis por uma gestão baseada na coletividade e, observando o contexto escolar, questionar, discutir e propor ideias que transforme esse ambiente promovendo um processo educativo de qualidade.

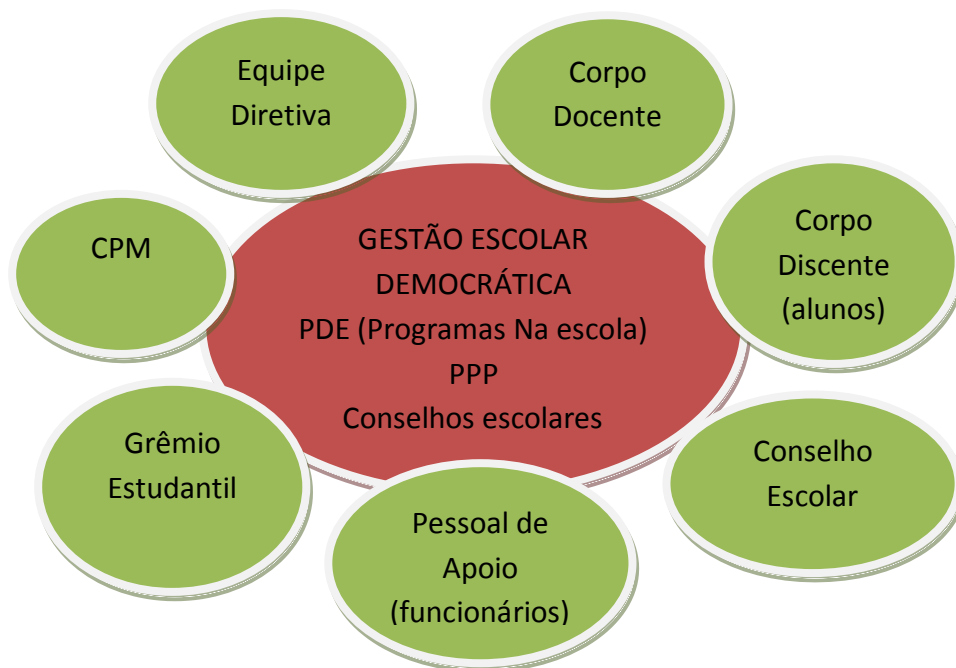


Figura1 – Organograma básico de Escola

Fonte: adaptado de Libâneo (2001)

Para o autor a figura representa a estrutura básica das funções que expressam a organização do trabalho de uma escola, geralmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual ou municipal. O Conselho de Escola está embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN 9394/96) art. 14, inciso II, que estabelece os princípios da educação democrática, dentre os quais informa da importância da participação das comunidades escolares

locais em conselhos escolares para as decisões do processo educativo. Tem atribuições consultivas, deliberativas e fiscais em questões definidas na legislação estadual ou municipal e no Regimento Escolar. Essas questões, geralmente, envolvem aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Na equipe diretiva tem-se o diretor responsável por organizar, coordenar e gerenciar todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais integrantes, especialistas e técnicos administrativos, atendendo às leis, regulamentos e determinações dos órgãos superiores do sistema de ensino e às decisões no âmbito da escola e pela comunidade. Junto a equipe o setor pedagógico compreende as atividades de coordenação pedagógica e orientação educacional.

O pessoal de apoio corresponde ao setor técnico administrativo, que atendem as atividades /meio que asseguram o atendimento dos objetivos e funções da escola. Conta com zeladoria, vigilância, serviços de multimeios (biblioteca, laboratórios, equipamentos audiovisuais, videoteca), recursos didáticos, secretaria e demais funcionários (merenda e limpeza).

O corpo docente é constituído pelo conjunto dos professores em exercício na escola, que tem como função básica realizar o objetivo prioritário da escola, o ensino. Os professores, junto da equipe diretiva formam a gestão escolar que também têm responsabilidades de participar na elaboração do plano escolar ou projeto pedagógico-curricular, reuniões com pais, decisões junto aos conselhos e atividades culturais, artísticas e recreativas com a comunidade.

O autor salienta que o Círculo de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis são instituições auxiliares regulamentadas no Regime Escolar, variando sua composição e estrutura organizacional. Sendo recomendável que tenham autonomia de organização e funcionamento, evitando-se qualquer tutelamento por parte da Secretaria da Educação ou da direção da escola.

Não menos relevante e principais agentes pelo qual todos os segmentos anteriores trabalham, os alunos, que respondem pelo empenho e dedicação à aprendizagem, pois da mesma forma são responsáveis pelo rendimento na organização escolar.

Para Oliveira; Moraes, Dourado (s/d) esses são alguns mecanismos que garantem o trabalho democrático que envolva toda a comunidade escolar no trabalho e organização da escola para que ela cumpra o seu novo papel social da

escola, de formar um cidadão capaz de interagir e participar da construção da sociedade, reconhecendo o seu espaço.

Para tanto, a administração coletiva e participativa torna-se essencial, o que conforme Hora (2005, p. 51) “não ocorrerá espontaneamente. No âmbito da escola, especificamente, é necessário que seja provocada, procurada, vivida e aprendida por todos os que pertencem à comunidade escolar”.

O gestor escolar enfrenta no cotidiano muitas tarefas burocráticas, como falta de professores, funcionários, recursos financeiros, materiais didáticos e ele precisa entender que sozinho não dará conta de tantos compromissos. Por isso compartilhar as responsabilidades torna-se relevante e isso deve buscar no trabalho coletivo, envolvendo todos os segmentos. Esse é um dos desafios, despertar o interesse da participação de todos no comprometimento com a escola, criando um clima favorável ao diálogo. Para Paro

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola educadores, alunos, funcionários e pais nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos (PARO, 2003, p.12).

Dessa forma quanto mais envolvidos no processo de organização da escola, melhores serão os resultados.

Outra questão no cotidiano do gestor diz respeito ao papel pedagógico, o qual deve estar atento ao processo educacional, buscando eficiência e qualidade na ensino da escola. Saviani (1996, p. 208) acrescenta que “antes de tudo, um educador; antes de ser um administrador ele é um educador” e como educador deve propiciar um espaço para discussões e conseqüentemente para participação.

4. METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho buscou-se uma abordagem qualitativa, com uma metodologia dividida em duas etapas: primeira uma abordagem de cunho bibliográfico, a partir de estudos teóricos de autores que dessem enlace ao objetivo proposto. A segunda centra-se na entrega do instrumento questionário que serviu de coleta de dados empíricos aos respectivos sujeitos/colaboradores para posterior análise reflexiva do tema. Também se realizou uma entrevista junto à coordenadora pedagógica que também é coordenadora do Programa Mais Educação na escola buscando informações sobre o mesmo.

O campo de investigação constituiu-se de uma escola pública municipal de Agudo/RS, situada em uma vila na área urbana do município, tendo como colaboradores o diretor, a coordenadora pedagógica e oito professores de turmas de alunos que participam das atividades do Programa Mais Educação, considerando como critério as turmas cujos alunos apresentam maior frequência no ensino fundamental.

Portanto foram selecionados os professores dos cinco primeiros anos do ensino fundamental e três dos anos finais, 6º ao 9º, o questionário foi entregue aos professores de Língua Portuguesa e Matemática, disciplinas trabalhadas no apoio pedagógico, além da professora de Ciências, que se dispôs a colaborar, sendo que duas turmas possuem os mesmos professores, perfazendo 7 professores participantes da investigação.

4.1 O contexto escolar investigado

A escola pesquisada fica situada na área urbana do município de Agudo, que, conforme dados do IBGE, em 2013 (<http://www.agudo.rs.gov.br/o-municipio/historico>) tem 17.161 habitantes. O município possui sete escolas ligadas à rede municipal, das quais uma delas foi o foco desta pesquisa, em que buscou-se investigar como o Programa Mais Educação contribui na aprendizagem, buscando a permanência do aluno na escola.

A comunidade a que pertence a escola é formada por pessoas vindas de várias regiões do município e de outras cidades, que foram se agregando e

construindo casas sem infraestrutura adequada, como saneamento básico. Uma grande diversidade social, cultural e econômica que fica no entorno da escola, localizada na entrada dessa comunidade. Atualmente muitas melhorias estão sendo feitas, dentre elas, pavimentação, tratamento de esgoto e de água potável e iluminação pública.

Na comunidade há duas fábricas de calçados, que geram empregos a maioria das famílias, principalmente às mulheres e jovens, que deixam os estudos para trabalhar. Para alguns, a única alternativa de emprego. Muitas famílias vivem dessa renda, ou buscam mais alternativas para complementar o orçamento familiar e assim passam o dia fora, deixando seus filhos em casa, muitas vezes sozinho, sem rumo.

Realidade que reflete no contexto escolar, deixando a desejar no aprendizado e conseqüentemente na permanência do aluno na escola.

A escola tem uma boa infraestrutura, sendo, dentro das possibilidades, adequada às necessidades do educandário. Possui dez salas de aula, em que uma é destinada ao Programa Mais Educação, um laboratório de informática, sala de atendimento à Educação Especial, cozinha, refeitório, sala dos professores, da direção, banheiros e biblioteca adaptada no antigo laboratório de ciências. O pátio é amplo com uma quadra de futebol e um ginásio em construção, possui ainda uma pracinha para educação infantil e séries iniciais e a horta escolar, cuidada por todos, de onde se retira alguns alimentos para a merenda escolar.

Na parte pedagógica, a escola também está com boa estrutura, portando várias tecnologias como materiais para leitura, jogos (inclusive em Braille), computadores e outras tecnologias assistidas.

Com relação aos recursos humanos, o educandário é formado por diretor, uma vice-diretora e uma coordenadora pedagógica, 21 professores, quatro estagiários, sete funcionários, cinco monitores do Programa Mais Educação e 310 alunos matriculados do 1º ao 9º ano e educação infantil, com 14 turmas, tendo na educação infantil e séries iniciais um professor por turma e do 6º ao 9º professores por disciplina e um para cada. Dois professores da educação infantil e séries iniciais atendem duas turmas cada, uma pela manhã e outra à tarde.

Primando pelo bom andamento da escola, o trabalho coletivo torna-se relevante. Conforme PPP (2014, p. 11) “uma comunidade escolar que participa de maneira efetiva e construtiva no cotidiano do aluno e da escola, que respeite o

espaço físico da escola e que esteja presente na escola, assiduamente”, fortalece a construção de uma qualidade na educação.

4.2 O Programa Mais Educação na Escola investigada

Implementado em 2013 no processo educativo da escola pesquisada, o Programa Mais Educação atende os alunos com baixo rendimento escolar e baixa renda familiar, sendo os professores mediadores na seleção dos alunos.

São selecionados cem alunos, conforme a escola comporta, divididos em dois turnos e atendidos nos turnos inversos, do 1º ao 9º ano. Cada turno possui duas turmas com 25 alunos, tendo cada turma um monitor que trabalha as atividades escolhidas pela escola no momento da adesão.

As informações que seguem foram obtidas através de um questionário realizado com a Coordenadora Pedagógica, também coordenadora do Programa Mais Educação na escola.

4.2.1 Os alunos

Os alunos são selecionados, inicialmente, pelos professores titulares de cada turma, informando aqueles com baixo rendimento escolar e dificuldades de aprendizagem à coordenação pedagógica que os encaminha para as atividades (oficinas) do Programa. Assim foram disponibilizados as seguintes vagas, conforme os critérios acima mencionados: 5 do 1º ano, 5 do 2º ano, 5 do 3º ano, 15 do 4º ano, 20 do 5º ano, 20 do 6º ano, 10 do 7º ano, 10 do 8º ano e 10 do 9º ano, divididos em níveis, forma como a escola organiza as turmas, pois tendo apenas cinco oficinas é necessário juntar os que possuem um nível de conhecimento próximo. No entanto como não é preenchida todas as vagas destinadas, a escola as distribuiu para os outros anos. No quadro abaixo a organização das turmas.

Oficinas	Apoio Pedagógico -Português-	Apoio Pedagógico -Matemática-	Esporte - Futebol-	Música - Banda -	Dança
	Alunos Frequentes/ Matriculados	Alunos Frequentes/ Matriculados	Alunos Frequentes/ Matriculados	Alunos Frequentes/ Matriculados	Alunos Frequentes/ Matriculados
1º ano	6 / 8	6 / 8	0 / 8	0 / 8	0 / 8
2º ano	2 / 4	2 / 4	0 / 4	0 / 4	0 / 4
3º ano	4 / 8	4 / 8	0 / 8	0 / 8	0 / 8
4º ano	10 / 16	8 / 16	10 / 16	0 / 16	9 / 16
5º ano	12 / 22	6 / 22	18 / 22	7 / 22	7 / 22
6º ano	6 / 14	6 / 14	13 / 14	7 / 14	4 / 14
7º ano	4 / 17	3 / 17	11 / 17	15 / 17	5 / 17
8º ano	2 / 6	2 / 6	2 / 6	1 / 6	2 / 6
9º ano	2 / 5	1 / 5	3 / 5	2 / 5	3 / 5
Total	48 / 100	38 / 100	57 / 100	22 / 100	30 / 100

Quadro 1. Distribuição dos alunos matriculados e freqüentes nas oficinas ofertadas pelo Programa Mais Educação conforme anos de escolaridade no ensino fundamental

Ao observar o quadro, com dados atuais, percebe-se que apesar de haver cem alunos inscritos no programa, a frequência dos alunos nas atividades é baixa, considerada uma das dificuldades encontradas na implementação do Programa, manter os alunos frequentes. Segundo a escola, existe a dificuldade de formar turmas, trazer alunos que queiram participar e melhorar sua aprendizagem, e mantê-los frequentes torna-se mais difícil.

É interessante ressaltar que os alunos do 1º ao 3º ano pertencem ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, em fase de alfabetização e letramento, assim optou-se por separá-los das demais turmas para proporcionar um atendimento mais direcionado à alfabetização desses alunos, pois como as turmas são multiseriadas, dificultava a concentração destes durante as atividades pedagógicas.

4.2.2 Os Macrocampos e atividades

Na escolha dos macrocampos e atividades que são desenvolvidas, a escola deu preferência ao que chamava mais atenção dos alunos, organizando as seguintes oficinas:

- Cultura, Artes e Educação Patrimonial – Danças
- Cultura, Artes e Educação Patrimonial – Bandas
- Esporte e Lazer – Futebol
- Acompanhamento Pedagógico - Orientação de Estudos e Leitura.

A oficina Acompanhamento Pedagógico - Orientação de Estudos e Leitura foi dividida em Português e Matemática, sendo estas obrigatórias para a inscrição nas demais. Para cada oficina existe um monitor que desenvolve as atividades com os alunos.

4.2.3 Os Monitores

Os monitores, também chamados deicineiros, são selecionados pela escola, conforme currículo, buscando-se profissionais que tenham formação específica para trabalharem as atividades desenvolvidas. No entanto esse é um obstáculo encontrado pela escola, pois ao mesmo tempo que se encontra, logo perde-se quando ele se coloca no mercado de trabalho, o qual existe melhor remuneração.

4.2.4 Os Pais ou responsáveis

Para que esse trabalho seja eficaz e transforme a realidade do aluno, a escola precisa envolver os pais, que são responsáveis por matricular seus filhos nas oficinas e incentivá-los a frequentar as atividades. Para tanto é enviado bilhetes chamando-os na escola para assinarem um termo de responsabilidade, dando-lhes ciência da importância do aluno frequentar as atividades e que, no caso de desistência, o pai deverá avisar e assinar o termo de desistência.

4.2.5 Frequência

A frequência dos alunos é verificada através da chamada realizada pelos monitores que as entregam à coordenadora. Quando a frequência é baixa, os pais são comunicados e é exigida sua presença na escola. A maior participação ocorre entre os alunos do 1º ao 5º ano, sendo que a diminuição concentra-se nos anos finais. Interessante salientar que no dia da atividade de futebol, há maior concentração dos alunos.

4.3.6 Dificuldades

Embora a escola esteja fazendo um trabalho coletivo, buscando a qualidade na aprendizagem e permanência do aluno na escola, através do Programa Mais Educação, no olhar da coordenadora pedagógica e do Programa na escola, existem algumas dificuldades em manter ininterruptamente as atividades, pois vários são os motivos:

- Organização das turmas: fazer com que os alunos e os pais percebam a importância do Programa para a aprendizagem do aluno, que conseqüentemente reflète na sala de aula e na sua vivência familiar e social, assim a dificuldade está em conseguir com alunos que queiram frequentar as atividades;
- Monitores: Como os monitores não são remunerados, apenas recebem uma ajuda de custo, logo são absorvidos pelo mercado de trabalho, abandonando o Programa. A dificuldade maior é encontrar monitores com a qualificação específica para atender as oficinas;
- Falta de profissional com dedicação exclusiva para coordenar o programa, pois a contrapartida da Secretaria de Educação e Desporto seria destinar um profissional específico para atender o programa. No momento esta tarefa cabe à coordenadora pedagógica, que por ter outras atividades, não consegue dar a atenção necessária e acompanhar os monitores, auxiliando-os nos planejamentos e junto aos alunos, em relação à frequência, assim como verificar as dificuldades que estão tendo no desenvolvimento das oficinas.

- Continuidade do programa sem que ele seja interrompido, pois a verba para manter as atividades, inclusive os monitores, é dividida em duas parcelas, sendo a segunda sempre paga com atraso, fazendo com que a escola interrompa as atividades até recebê-la. Assim os monitores são dispensados e ao retornar as atividades, alguns já não podem mais assumir a oficina, tendo a escola que fazer novas seleções.

Entende-se que as dificuldades influenciam o andamento das atividades, principalmente a questão da falta de profissional para trabalhar nas oficinas, sendo então contratados outros profissionais que, muitas vezes, não conseguem atingir o aluno, e este não se sentindo atraído pela proposta do professor, sentes-se desmotivado a permanecer no programa.

O programa foi implantado na escola pesquisada em 2013 e em seu segundo ano de atividades, a escola em questão sente tais dificuldades como motivo de baixa frequência e não permanência do aluno no programa. Contudo continua construindo um trabalho que atenda a necessidade do aluno, promovendo o aprendizado, a socialização e a permanência do aluno na escola.

5. REFLEXÕES E ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

A partir do estudo realizado em uma escola pública da rede municipal, localizada em uma comunidade com uma diversidade socioeconômica e cultural fortemente presente, da análise de documentos e dos questionários aplicados, pode-se afirmar que, embora existam dificuldades para ajustar o programa, o educandário, objeto de estudo da pesquisa, busca adequá-lo às necessidades da escola, através das atitudes dos gestores, que comprometem-se com a qualidade da educação.

Dessa forma, as respostas coletadas nos questionários serviram para refletir sobre a relação do Programa Mais Educação e sua contribuição na aprendizagem e permanência do aluno na escola.

A entrevista realizada com a coordenadora pedagógica, também coordenadora do Programa Mais Educação, pontuou a estrutura e o funcionamento: como ocorrem as atividades, seleção de alunos, participantes, seleção e trabalho dos monitores, os quais já foram descritos na metodologia do trabalho. Durante a pesquisa, vários foram os momentos em que a coordenadora se dispôs a esclarecer e a responder questionamentos que surgiam.

5.1 O Diretor e a Coordenação Pedagógica

Ao diretor e ao coordenador pedagógico o questionário aplicado continha três perguntas iguais para ambos, as quais foram respondidas em conjunto e estão descritas abaixo seguidas de reflexões.

a. Processo de adesão ao Programa Mais Educação e a participação dos professores.

A escola aderiu ao Programa em 2013 quando nova equipe assumiu a Secretaria Municipal de Educação, uma vez que no ano anterior houve uma tentativa sendo justificada pela não prioridade dos gestores municipais. Os professores concordaram com a adesão do Programa na escola. Os gestores destacaram que são realizadas reuniões mensais na escola onde são tratados assuntos referentes ao Programa orientando os professores para que estes norteiam os tutores das turmas para as aulas de reforço de Língua Portuguesa e Matemática.

Ao buscarem a implementação do Programa, percebe-se o interesse em ampliar o atendimento ao aluno, de forma a proporcionar um espaço com atividades que o mantenha na escola e que promova, além da socialização, uma aprendizagem que colabore para os estudos em sala de aula em horário regular, através da manutenção do aluno em turno integral na escola. O parágrafo único da Portaria que institui o Programa Mais Educação, Artigo 1º, afirma que:

O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes (NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº- 17, DE 24 DE ABRIL DE 2007).

O artigo traz como se dará o trabalho nas escolas durante a implementação do Programa. Daí a importância do envolvimento dos gestores e professores em assessorar os monitores em seus planejamentos, buscando atividades que despertem o interesse do aluno para que eles freqüentem o turno integral conforme objetivo do programa, ou seja, promover ações que partam do contexto.

Neste sentido torna-se relevante conhecer a realidade em que o aluno está inserido para articular a integração dele com a comunidade através de ações educativas na escola, formando um agente social que transforme a realidade em que vive.

b) Relação do Programa Mais Educação com o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP).

Anterior a este programa a escola já trabalhava com proposta semelhante. Observemos as palavras do diretor e da coordenadora pedagógica

A Proposta Político Pedagógica da Escola já contemplava o trabalho com oficinas, através do "Projeto Raiar". As oficinas propostas eram semelhantes às oferecidas pelo Programa Mais Educação. O objetivo das oficinas oferecidas era a necessidade do desenvolvimento integral dos alunos, oportunizar a liberdade de expressão, bem como oferecer oportunidades de atividades diferenciadas para despertar o interesse dos alunos pelo estudo, corrigir a indisciplina e aumentar o índice de aprovação.

Percebe-se a preocupação com a qualificação da aprendizagem, despertando o interesse dos alunos em permanecer na escola através de oficinas trabalhadas em turno inverso, o que é corroborado no PPP da escola:

Além das matrículas determinarem o ano e turno para a aula, o aluno ainda tem opção de frequentar, no turno inverso, as oficinas oferecidas pelo Educandário, observando o número de vagas. São ofertadas as oficinas de: esporte (voleibol e futebol), música (violão e teclado), dança, horta escolar e banda escolar (PPP, 2014, p.18).

Assim caracteriza-se como sendo uma das práticas encontradas para tornar a escola mais atrativa aos alunos através de estratégias que despertem o aluno para bons resultados no aprendizado.

c. Expectativa da Escola em relação ao Programa Mais Educação.

Para o diretor e coordenadora pedagógica

A expectativa se fundamenta nos itens que supra firmamos:

- Visar à permanência do aluno na escola;
- Oferecer atividades voltadas ao interesse soa alunos e que enriqueçam suas vivências curriculares;
- Propor participação da comunidade na escola;
- Tornar a escola um local de oportunidades e de lazer, utilizando: música, esporte, dança, informática, horta escolar, trabalhos manuais...
- Despertar a sensibilidade no aluno, desenvolvendo, de uma forma positiva, o seu lado humano;
- Desenvolver a socialização do aluno;
- Oportunizar a liberdade de expressão
- Oportunizar a interdisciplinariedade;
- Estimular a iniciativa, a autoconfiança, a criatividade e a responsabilidade.

Observa-se a preocupação com a qualidade da educação na escola, assim como as expectativas em relação ao Programa implementado na escola. O Programa está sendo desenvolvido na escola desde 2013, portanto apenas há dois anos e segundo a coordenadora, um processo a “passos largos”, pois apesar, de trabalharem para bons resultados, existem dificuldades de mantê-lo ativo, como a aceitação da família ao turno integral, objetivo do programa.

Isto é observado através das características do entorno da escola pois encontra-se em uma comunidade carente onde os pais saem para trabalhar, deixando os filhos maiores cuidando dos menores, o que dificulta a presença dos alunos na escola no turno inverso para participar das atividades propostas pelo

Programa. Outro motivo destacado pela coordenadora é o aluno ingressar no trabalho para ajudar financeiramente a família, ficando os estudos em segundo plano. A falta de incentivo dos pais é um dado que a escola coloca como um problema para a continuação dos estudos.

Dessa forma, a coordenadora ressalta a relevância de aproximar a família à escola, através das reuniões ou em eventos nas datas comemorativas, trazendo-a para o ambiente escolar, pois eles fazem parte da educação dos filhos. Paro (1992) coloca que

[...] se estivermos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade, quanto a sua postura diante da própria participação popular (PARO, 1992 apud CAMPOS, 2012, p.34).

As estratégias para fazer a família a participar do contexto escolar devem ser construídas em conjunto, gestores e comunidade escolar, pois conhecendo e participando da vida escolar de seu filho, a família pode incentivar na aprendizagem e conseqüentemente na sua permanência na escola.

Para tanto a escola, além de reuniões com os responsáveis pelos alunos, busca promover eventos que tragam a família para a escola, principalmente em datas importantes, pois desta forma os responsáveis freqüentam, conhecem e colaboram sugestivamente sobre o ambiente escolar de seu filho, contribuindo para melhorias nas ações educativas.

5.2 Os Professores

Para obter informações sobre o problema levantado nesta pesquisa, aplicamos o questionário aos professores do 1º ao 5º ano, e dois professores dos anos finais das disciplinas de matemática e português, cujas disciplinas são trabalhadas no apoio pedagógico do programa, e uma terceira professora, disposta a colaborar com a pesquisa. De um total de oito, somente seis professores retornaram o questionário que apresentava três questões. Destes, quatro atuam nos anos iniciais e dois nos anos finais do ensino fundamental. Os professores serão

identificados como P1 (5º ano M/T), P2 (1º e 2º anos), P3 (4º ano), P4(1º ano), P5 (6º ao 9º) e P6 (6º ao 9º ano).

Organizou-se quadros demonstrativos dos questionamentos feitos aos professores através dos questionários:

a. Quanto ao conhecimento dos professores do Programa Mais Educação

Professores	Sim	Não
Anos Iniciais	P1 – P2 – P3 – P4	
Anos Finais	P5 – P6	

Quadro 2: Conhecimento dos professores sobre o Programa Mais Educação

Conforme depoimentos dos professores, destaca-se o do P2 (2014) “Tenho conhecimento em relação as oficinas, mas não tenho conhecimento do que é trabalhado em cada uma delas”, percebemos que embora os professores digam que conhecem o Programa, esse conhecimento é superficial, conforme se observa no cotidiano da escola, quando os professores destacam o desconhecimento das atividades desenvolvidas pelos monitores com os alunos em sala de aula. As informações legais sobre a implantação não foram mencionadas nas respostas. Considera-se importante que os professores tenham conhecimento do objetivo geral do Programa Mais Educação.

O objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos (PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº-17, DE 24 DE ABRIL DE 2007, ART.1º)

Portanto, o Programa contribui na formação cidadã do aluno, modificando o ambiente escolar, que através da promoção de atividades que ultrapassem a transmissão de conteúdos.

b. Quanto a relação do Programa com a aprendizagem dos alunos.

	Depoimentos dos Professores
Anos iniciais	P1 – “oportunidade de ampliar conhecimentos”

	<p>“proporcionar lazer e o despertar da criatividade”</p> <p>P2 – “atividades desconectadas do trabalho dos professores titulares das turmas”</p> <p>P3 – <i>“Aprendizagem em tempo integral através do reforço do que vem na sala de aula”</i></p> <p>P4 – <i>“Reforço de Matemática e Português e nas outras oficinas desenvolvimento de outras habilidades”</i></p>
Anos Finais	<p>P5 – <i>“Reforço de Matemática e Português e nas outras oficinas desenvolvimento de outras habilidades”</i></p> <p>P6 - <i>“grande aliado aos professores”</i></p> <p><i>“apoio que o mesmo fornece aos professores, e conseqüentemente fortalecendo a aprendizagem do aluno”</i></p>

Quadro 3: Relação do Programa Mais Educação com a aprendizagem dos alunos

Na questão aprendizagem, os professores foram unânimes em afirmar que há relação do programa com a aprendizagem dos alunos, conforme depoimento do professor P5.

Sim. Principalmente para os alunos com dificuldades. A maioria dos alunos frequentes nas oficinas relata que o programa está sendo fundamental e está contribuindo na superação de algumas dificuldades, principalmente na disciplina de matemática e português, o que reflete também nas demais disciplinas (melhora no rendimento). As demais oficinas (esporte, dança e música/banda) também são fundamentais, pois desenvolvem várias habilidades como: a atenção, concentração, coordenação. Como? Através das atividades diferenciadas, complementares e dinâmicas oferecidas no turno inverso.

Sobre o acompanhamento pedagógico, o Programa no artigo 3º, § 3º coloca a obrigatoriedade de escolha do macrocampo Acompanhamento Pedagógico para as escolas urbanas e rurais que aderirem ao Programa Mais Educação.

As escolas referidas no parágrafo anterior poderão escolher três ou quatro macrocampos, respeitada a obrigatoriedade de escolha do macrocampo

Acompanhamento Pedagógico e, tomando estes como referência deverão optar por quatro atividades para serem desenvolvidas com os alunos (MEC, RESOLUÇÃO Nº 14, DE 9 DE JUNHO DE 2014).

Embora a Resolução não cite as disciplinas, a escola optou por português e matemática, sendo as que os alunos apresentam maiores dificuldades.

Com relação às atividades desenvolvidas no programa, que colaboram para aprofundar o trabalho diário do professor, através de uma interação entre todos os envolvidos na educação, o MEC (2011) coloca que

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola com seus gestores, professores, estudantes e funcionários. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens (Mec, 2011, p. 06).

Dessa forma, o programa oportuniza estratégias que promovem o interesse do aluno para além da escola, procurando conhecer o que lhes chamam a atenção, o que lhes interessam, mas também, instigando o que é preciso para viverem em sociedade. Alguns dos recursos utilizados para promover a conexão do aluno com a vida social estão relacionados à multimídia, como, música, filmes e computadores, além de propiciar movimentos corporais através da dança e futebol.

Com isso a escola pesquisada procura interagir através dos recursos que dispõe para atrair o aluno a frequentar o programa.

c. Quanto a relação do Programa Mais Educação e a permanência do aluno na escola

	Depoimentos dos Professores	
	Sim	Não
Anos Iniciais	P1 – “frequenta o turno inverso” P3 – “Reforço em Português e Matemática como condição para participar das outras oficinas”	P2 – “vêm para a escola para não ficarem em casa”; “pais obrigam” P4 – “aluno estuda”; “estimulado a participar

		das oficinas”; “O que garante a permanência é o bolsa família”
Anos Finais	P5 – “ Acredito que sim” P6 – “Auto confiança do aluno”	

Quadro 4: Relação do Programa Mais Educação com a permanência dos alunos na escola

Importante destacar os depoimentos dos professores que afirmam *ser outros os motivos* que mantêm os alunos na escola e não as atividades desenvolvidas pelo Programa. Para P2 (2014) os alunos “que frequentam o Mais Educação em sua maioria simplesmente vêm para a escola para não ficarem em casa, ou porque os pais obrigam”. Tal depoimento deixa evidente que, para o professor, as atividades não atraem o aluno a frequentar o Programa e a mantê-lo na escola em turno integral, mas sua frequência está relacionada a obrigação imposta pelos pais, que os mandam para a escola para não permanecerem em casa, sendo vários os motivos como: por trabalharem fora o dia todo e não ficarem sozinhos ou até mesmo para não causarem incômodo a família. Esta é uma realidade presente na comunidade, que por não terem instruções educacionais não veem a escola como um ambiente que proporcione o conhecimento e a transformação na vida do indivíduo, tratando-a como refúgio para os problemas. Assim o aluno não vem incentivado a melhorar o aprendizado e, muitas vezes, causam problemas no ambiente escolar.

P6 (2014) cita: “O projeto dever ser, aos olhos dos alunos, agradável e divertido aos mesmos, só assim chamam sua atenção e permanência. E isso influenciará na aprendizagem futura e na sua permanência na escola”. Portanto a escola deve buscar conhecer o contexto do aluno, sua vivência familiar, seu interesse, o que ele gosta e o atrai na escola, para então organizar as oficinas conforme a oferta de atividades pelo Programa, que o façam gostar de vir para a escola, bem como realizar as atividades visando aprender e melhorar seu desempenho.

Assim, possibilidades devem ser pensadas para buscar ações que detenham o interesse do aluno como, por exemplo, o trabalho coletivo, em uma gestão que

envolva todos, conforme uma das finalidades do Programa, Artigo 2º “VII – Promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar”.

Para tanto, isso requer dos gestores uma consciência que através de reuniões pode-se propiciar a participação de todos (professores, alunos, família e comunidade) através de manifestações e troca de idéias sobre os problemas encontrados na implementação do Programa, e conseqüentemente realizar um trabalho de qualidade que faça o aluno frequentar e permanecer na escola

Para Cavaliere (s/d)

Os processos de incorporação de outros elementos à vida escolar, como os previstos no Programa “Mais Educação”, parecem importantes para que a própria instituição escolar repense seu papel que parece cada vez mais se ampliar. A agregação ao espaço escolar de espaços comunitários, associativos e outros, obtidos através de parceria com entidades públicas ou particulares; os tempos adicionados ao tempo escolar convencional devido ao aumento e diversificação das atividades oferecidas aos alunos; a participação de outros tipos de profissionais, para além dos professores, que venham se juntar ao trabalho educativo, são elementos-chave da proposta do Programa. (CAVALIERE, s/d, p. 9).

Em vista disso, as parcerias previstas no Programa podem colaborar na construção de um ambiente citado pelos professores, modificado com atividades que chamem o aluno para escola e conseqüentemente reflita na aprendizagem e também na vida desse aluno fora do contexto escolar.

Para P4 (2014), o aluno “é estimulado a participar das oficinas, mas não garante a sua permanência na escola. O que garante a permanência é o bolsa família, já que é necessário o aluno ter frequência escolar (não no programa) para receber o benefício”. O contexto social em que o aluno está inserido leva a família a obrigar a criança a permanecer na escola para garantir o benefício, pois ele é um dos recursos financeiros que contribuem no sustento familiar.

Essa é a realidade onde a escola pesquisada está inserida, pois

As dificuldades encontram-se no fato de que as comunidades que mais necessitam da integração da escola com o seu entorno, são as comunidades populares, situadas, em geral, em regiões empobrecidas, sem recursos e equipamentos urbanos, públicos ou privados, o que faz com que novos espaços e parceiros sócio-educacionais, que possam irrigá-la e ligá-la à vida comunitária, represente uma dificuldade às vezes incontornável (CAVALIERE, s/d, p. 8)

Contudo alguns professores pontuam uma boa relação entre o Programa Mais Educação e a permanência do aluno na escola, conforme depoimento do professor P6 (2014, p.), ao participar das atividades: “pois se o aluno sente-se confiante e vai bem nas disciplinas, a tendência é a de permanecer na escola. Caso contrário, sentiria-se excluído e a deixará em questão de tempo”. A autoconfiança citada pelo professor é aliada à permanência do aluno, pois a escola torna-se agradável no momento em que o aluno passa a ver os resultados do seu esforço.

A escola frente a diversidade social, econômica e cultural em que está inserida, tem como desafio articular estratégias que contribuam para a aprendizagem e a permanência do aluno na escola. Diante deste contexto da escola as dificuldades de executar e manter projetos de educação são visíveis e reforçados na citação de Caregnato e Meinerz (apud Caregnato; Bombassaro, 2013)

No contexto escolar da rede pública de ensino no Brasil tem sido comum o enfrentamento de situações de grande dificuldade na execução de projetos educativos qualificados, devido a vários fatores, com destaque para a precariedade socioeconômica de grande parte das comunidades atendida em seu entorno (CAREGNATO; MEINERZ apud CAREGNATO; BOMBASSARO, 2013, p. 41).

Assim, as parcerias junto a escola proporcionam um trabalho fluente, em que a partir das atividades organizadas coletivamente, entre gestores e comunidade atinjam os propósitos do Programa Mais Educação que

Trata-se do esforço para construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira (MEC, 2011, p. 06)

Portanto, a maioria dos professores investigados acreditam que exista relação do Programa Mais Educação com a aprendizagem e permanência do aluno. Pontuam que o desempenho do aluno melhora com as atividades realizadas nas oficinas, contudo em relação a permanência a maioria confirma esta relação, pois o aluno fica em turno integral na escola, apesar de salientarem que falhas ainda existem e que devem ser pensadas coletivamente para saná-las e atender as necessidades do educandário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho pode-se perceber a importância de conhecer a realidade da escola, que através da análise de dados coletados no cotidiano dos profissionais do educandário, completando a pesquisa bibliográfica, vê-se as reais condições na implementação de Programas ofertados pelas políticas públicas.

Esse contraponto acrescenta na formação do gestor escolar na atualidade, pois este precisa, além da formação continuada, estar atento para a realidade, entorno da escola, conhecendo e buscando estratégias para um trabalho coletivo que aproxime a escola, a família e a comunidade.

Nesse contexto, a pesquisa traz algumas reflexões, em principal, a contribuição do Programa Mais Educação na aprendizagem e permanência do aluno na escola, o que infere um envolvimento não só dos gestores, mas da comunidade em geral, principalmente da família – entidade responsável pelo aluno.

Logo, a escola como organização social constitui-se como um espaço privilegiado a promover a socialização, tendo como papel a formação do cidadão que se reconheça frente as diversidades existentes na sociedade e que transforme não só a realidade escolar, mas a comunidade em que está inserido. Portanto, a escola precisa criar estratégias que faça este aluno ter um avanço na aprendizagem e que o estimule a permanecer na escola. Para tanto, a escola pesquisada descreve em seu Projeto Político Pedagógico atividades que implementem a educação, como a adesão ao Programa Mais Educação, como proposta para incluir atividades em turno integral, fazendo com que os alunos permaneçam na escola tendo, além de atividades de lazer, auxílio pedagógico.

Dessa forma, implementar apenas o Programa não é razão de sucesso do mesmo dentro da escola. O trabalho pedagógico deve ser planejado e pensado coletivamente por gestores e comunidade escolar para que as ações do Programa venham atender os objetivos e metas estabelecidos pelo educandário. Atrair o aluno com atividades de seu interesse são estratégias que o fazem participar e permanecer no Programa, melhorando seu desempenho escolar e social.

Diante disso, surge a necessidade de encontrar possibilidades que fortaleçam as ações do Programa, como parcerias com a comunidade e sociedade, através de recurso, materiais e humanos, para se trabalhar com qualidade as atividades propostas.

Para tanto reafirmamos que a visão dos profissionais da escola é relevante para auxiliar no processo de construção do trabalho pedagógico que sustenta as atividades do Programa e que os depoimentos servirão para adequar as propostas a serem desenvolvidas no educandário, sendo gestores e todos os envolvidos com a educação na escola responsáveis por visar a aprendizagem e a permanência do aluno.

A partir do que foi investigado, constatou-se que o Programa Mais Educação contribui para a aprendizagem do aluno, através de atividades que os auxiliam na construção de conhecimento. Contudo não tem o mesmo sucesso em relação à permanência do aluno na escola.

Apesar do esforço da escola, que busca incentivar a frequência do aluno em turno integral, ela não consegue atingir o objetivo do programa, sendo um dos motivos a comunidade em que está inserida, constituída de uma grande carência social, cultural e econômica que refletem no desenvolvimento escolar do aluno. Da mesma forma, questões familiares, financeiras ou afetivas afetam o aluno e interferem na sua vida social e escolar, fazendo com que a escola fique em segundo plano.

Assim a evasão ou não adesão ao programa é conseqüência da realidade em que o aluno está inserido.

No decorrer da pesquisa novas reflexões surgiram que poderão ser delimitadas em pesquisas futuras como:

- a) Abordar este tema nas demais escolas do município, incluindo rede estadual;
- b) Conhecer a percepção dos alunos quanto ao Programa;
- c) Analisar os recursos financeiros (verbas) do Programa e sua influência na qualidade das atividades.

Assim respeitando a complexidade do tema, essas são possíveis sugestões para contribuir na qualidade da educação através da implementação de políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** <http://cead.ufsm.br/moodle2_UAB/mod/page/view.php?id=49883 > Acesso em: 01 de out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.** Gestão da educação escolar. Brasília: UnB, CEAD, 2004 vol. 5. p. 25.

_____. <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/respeito-a-diversidade-e-uma-forma-de-promover-inclusao>> Acesso em: 22 de set. de 2014.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. > Acesso em: 18 de out. de 2014.

_____. Confederação Nacional dos trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. <<http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu449.asp>> Acesso em: 18 de out. de 2014.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 18 de out. de 2014.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional.** Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.> Acesso em: 18 de out. de 2014.

_____. *Lei nº 13.005 de 25 junho de 2014.* Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: Congresso Nacional, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 18 de out. de 2014.

_____. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas. Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Manual Operacional de Educação Integral.** 2013. Disponível em: [file:///D:/Arquivos%20do%20Windows\(n%C3%A3o%20apagar\)/Desktop/manual_mais_educacao_2013_final_171013_2.pdf](file:///D:/Arquivos%20do%20Windows(n%C3%A3o%20apagar)/Desktop/manual_mais_educacao_2013_final_171013_2.pdf)

_____. Ministério da Educação e Cultura. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/paf_pde_esc.pdf Acesso em: 14 de out. de 2014.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Normativa Interministerial Nº-17, de 24 de Abril de 2007.** http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf
Acesso em: 10 de Nov. de 2014.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **O Programa Mais Educação – Passo a Passo,** 2011. Disponível em [file:///D:/Arquivos%20do%20Windows\(n%C3%A3o%20apagar\)/Desktop/e_passo_a_passo_mais_educacao_18042011.pdf](file:///D:/Arquivos%20do%20Windows(n%C3%A3o%20apagar)/Desktop/e_passo_a_passo_mais_educacao_18042011.pdf) Acesso em: 11 de Nov. de 2014.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. Educação, ética e direitos humanos. In: CARAGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos (orgs.) **Diversidade cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação.** Erechim: Novello & Carbonelli, 2013.

CAMPOS, Livia Maria de Oliveira. **Família e Escola: uma aproximação necessária e urgente.** Santa Maria, RS, UFSM, 2012.

CAVALIERE, Ana Maria. **Questões sobre uma Proposta Nacional de Gestão Escolar Local.** Disponível em [file:///D:/Arquivos%20do%20Windows\(n%C3%A3o%20apagar\)/Desktop/calavieire.pdf](file:///D:/Arquivos%20do%20Windows(n%C3%A3o%20apagar)/Desktop/calavieire.pdf) > Acesso em: 11 de Nov. de 2014.

CAREGNATO, Célia Elizabete; MEINERZ, Carla Beatriz. Educar para a diversidade: viver diferenças e tensionar desigualdades na escola. In: CARAGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos (orgs.) **Diversidade cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação.** Erechim: Novello & Carbonelli. 2013.

Dicionário online <http://www.dicio.com.br/diversidade/> Acesso em: 16 de out. de 2014.

DOURADO, Luiz Fernando. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura C. (orgs.) **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ESCOLA PESQUISADA. **Projeto Político Pedagógico.** Agudo/RS, 2014.

GENRO, Maria Elly hertz; CAREGNATO, Célia Elizabete. Educação na e para a diversidade: nexos necessários. In: CARAGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos (orgs.) **Diversidade cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação.** Erechim: Novello & Carbonelli. 2013.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola.** 12. ed. 2005, Campinas: Papyrus, 2005.

_____. **Gestão Educacional Democrática.** Campinas: Ed. Alínea, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004. Disponível em <<http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/1258/material/LIBANEO-Jose-Carlos-CAP-2-Uma-escola-para-novos-tempos.pdf>> Acesso em: 01 de out. de 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. O Sistema de Organização e Gestão da Escola. Disponível em <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB_Gest%C3%A3o.pdf> Acesso em: 01 de out. de 2014.

LUCK, Heloísa. **A evolução da gestão educacional, a partir da mudança paradigmática**. In: Revista Gestão em Rede, n. 3, p. 13-18, nov, 1997. Disponível em <http://cedhap.com.br/wp-content/uploads/2013/09/ge_GestaoEscolar_02.pdf?iframe=yes&iframe=true> Acesso em: 20 de set. de 2014.

_____. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. <<http://www.fvc.org.br/pdf/dimensoes-gestao-escolar.pdf>> Acesso em: 01 de out. de 2014.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (orgs). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PARO, Vitor H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. São Paulo. 12ª. Edição. Cortez. 2003.

RIBEIRO, Claudete Fogliato Ribeiro. **A Gestão Escolar em escolas municipais de Santa Maria/RS**. Santa Maria. PPGE/UFSM. 2012.

SACRISTÁN, J. G. **A educação obrigatória: o seu sentido educativo e social**. Porto: Porto Ed., 2000.

SAVIANI, Dermeval. 1996. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12ª. Edição. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Demerval. O Legado educacional do “longo do século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 9-57.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar de (orgs.). **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 109-151

TONINI, Ivaine Maria; KAERCHER, Nestor André (orgs.). **Curso de Aperfeiçoamento Produção de Material Didático Para a Diversidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção coletiva. Texto extraído sob licença da autora e da editora do livro: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª edição. Campinas: Papirus, 2002.

[file:///D:/Arquivos%20do%20Windows\(n%C3%A3o%20apagar\)/Documents/CARLA%20projeto/PP_da_Escola_-_uma_construcao_coletiva.pdf](file:///D:/Arquivos%20do%20Windows(n%C3%A3o%20apagar)/Documents/CARLA%20projeto/PP_da_Escola_-_uma_construcao_coletiva.pdf) Acesso em 30 de setembro de 2014.

WITTMANN, Lauro C. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor**. In: Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 88-96, fev./jun. 2000.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO A



CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Educacional da UAB/ UFSM vem apresentar a acadêmica Carla Medianeira Costa Domingues à Direção desta Instituição de Ensino, matrícula 201370933. A referida acadêmica está na fase de elaboração da monografia intitulada **“O Programa Mais Educação e a aprendizagem dos alunos: desafios para os gestores escolares”**.

O objetivo da inserção da acadêmica na Instituição, diz respeito à coleta de informações de sua pesquisa de conclusão de Curso, cujo objetivo investigar como o Programa Mais Educação contribui na aprendizagem do aluno, buscando sua permanência na escola. Para tanto escolheu-se a esta escola da rede municipal, localizada no município de Agudo.

Ressaltamos que a oportunidade concedida pela Instituição, constituir-se-á em relevantes momentos para a construção do estudo, que resultará na ampliação dos conhecimentos teóricos relacionados com as temáticas pesquisadas.

Agradecemos sua colaboração.

Agudo, setembro de 2014.

Prof^a. Me^a Myrian Cunha Krum

Orientadora

ANEXO B



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA QUESTIONÁRIO

Título do estudo: **O Programa Mais Educação e a aprendizagem dos alunos: desafios para os gestores escolares**

Pesquisadora responsável: Carla Medianeira Costa Domingues

Contato: (telefone e e-mail) carlacosta2703@gmail.com / 55 91963461

Orientadora: Profª Myrian Cunha Krum

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria / Centro de Educação

Ao diretor/professor

Está sendo convidado a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Esclarecemos que a pesquisa acima declarada tem como objetivo de objetivo investigar como o Programa Mais Educação contribui na aprendizagem do aluno, buscando sua permanência na escola.

A presente pesquisa, não coloca em risco a vida de seus participantes e não tem caráter de provocar danos morais, psicológicos ou físicos. No entanto, o envolvimento diante das assertivas apresentadas poderá suscitar diferentes emoções, de acordo com a significação de seu conteúdo para cada sujeito. Por outro lado, consideramos que os benefícios são relevantes, em nível pessoal, por oportunizar momentos de reflexão pessoais e institucionais.

A você, desde agora, está assegurado o direito de: receber resposta para todas as dúvidas e perguntas que desejar fazer acerca de assuntos referentes ao desenvolvimento desta pesquisa; retirar o seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo sem constrangimento e sem sofrer nenhum tipo de represália; ter a sua identidade preservada em todos os momentos da pesquisa.

A pesquisadora responsável e a orientadora deste projeto reconhecem e aceitam as Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - Res. CNS 196/96.

Ciente e de acordo com o que foi exposto, eu _____, estou concordo em participar desta pesquisa, assinando este Termo em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria _____, de _____ de 2014.

Entrevistado

Assinatura pesquisadora

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009 Email: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/CEP.

APÊNDICE A



Instrumento - Questionário de Pesquisa - Professor

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

Dados de identificação

Entrevistado:

Cargo/função:

1) Conhece o Programa Mais Educação?

2) Você relaciona este programa com a aprendizagem dos alunos? Como?

3) Para você há relação do Programa Mais Educação com a permanência do aluno na escola?

APÊNDICE B



Instrumento - Questionário de Pesquisa – Diretor e Coordenadora Pedagógica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Dados de identificação

Entrevistado:

Cargo/função:

- 1) Como se deu o processo de adesão ao Programa Mais Educação? Os professores participaram?
- 2) Qual a relação do Programa com o projeto Político pedagógico da escola?
- 3) Qual a expectativa da escola em relação ao programa Mais Educação?